

SUMÁRIO

Ano 47 | Volume 327 | Maio | 2022

Revista de Processo

COORDENAÇÃO

Teresa Arruda Alvim

Pré-Textuais

Créditos

In Memoriam

Expediente

Linha Editorial

Apresentação

Processo e Constituição

Parecer do IBDP acerca da inconstitucionalidade da Lei Federal 14.195/2021 apresentado na ADI 7.005 Paulo Henrique dos Santos Lucon, Cassio Scarpinella Bueno e Arthur Ferrari Arsuffi

Teoria Geral do Processo

Julgamento conforme o estado do processo no Código de Processo Civil de 2015 – Parte 2: saneamento e organização do processo Augusto Passamani Bufulin e Caio Souto Araújo

Empoderamento do Ministério Público na atuação como fiscal da ordem jurídica diante da consolidação do contraditório dinâmico no Código de Processo Civil de 2015Handel Martins Dias e Francisco José Borges Motta

Exposição de Motivos do Código de Processo Civil de 2015: breve apanhado histórico dos motivos que determinaram a edição dos Códigos de Processo Civil brasileirosIsabelle Almeida Vieira e Marco Félix Jobim

Negócios jurídicos processuais e o poder de julgar: limites objetivos das convenções processuaisMarco Vanin Gasparetti

Processo de Conhecimento (Fase Cognitiva)

A velha e a nova produção antecipada da provaDaniel Colnago Rodrigues

Prova científica: conceito e valoraçãoJoão Batista Lopes

Tutela Executiva

Medidas executivas atípicas: análise dos critérios de aplicação nas obrigações pecuniáriasWilliam Soares Pugliese e Vinicius Souza de Oliveira

Meios de Impugnação das Decisões Judiciais

Os reflexos da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) na admissibilidade dos recursos cíveisFelipe Scalabrin

Técnicas Adequadas à Litigiosidade Coletiva e Repetitiva

Análise econômica e comportamental da distribuição do custo da prova no processo coletivoEdilson Vitorelli

Processos Estruturais, Estratégicos e Complexos

Compliance e processos estruturais: intersecções procedimentais para maximização de políticas públicas Eduardo de Avelar Lamy e Felipe Cidral Sestrem

Tutela Diferenciada

Negócios jurídicos processuais e tutelas provisórias na ação de procedimento especial de inventário Luan Eduardo Steffler

Aspectos destacados sobre a homologação de decisão estrangeira Pedro Miranda de Oliveira e Lívia Ferruzzi Possari

Intervenção judicial em empresa por ato de improbidade ou lesivo Tiago do Carmo Martins

Direito Jurisprudencial – Precedentes Vinculantes, Jurisprudência Dominante, Súmulas e Temas Afins

A Reclamação Constitucional como mecanismo de controle de precedentes vinculantes: uma abordagem do instituto à luz do sistema de precedentes brasileiro Marco Antonio Rodrigues e Felipe Varela Mello

Uma análise crítica das súmulas à luz do CPC/15 Peter Panutto e Kennedy Anderson Pereira Gonçalves

Direito Estrangeiro e Comparado – Generalidades

International Shoe Co. v. State of Washington (1945): a complexa definição do juízo competente na federação norte-americana André Roque, Jordão Violin e Luiz Dellore

Tendências Contemporâneas

Inteligência artificial aplicada ao direito: por uma questão de ética Henrique Alves Pinto e Leandro Miranda Ernesto

Métodos Alternativos de Solução de Conflitos – ADR

Princípios constitucionais do processo arbitral Gustavo Favero Vaughn e Georges Abboud

Jurisprudência Anotada

Supremo Tribunal Federal

É inconstitucional lei estadual que trata sobre matéria reservada ao Estatuto da Magistratura, tendo em vista sua disciplina anti-isonômica, restritiva da garantia da inamovibilidade e que viola os princípios do juiz natural, da impessoalidade e da moralidade

Superior Tribunal de Justiça

Termo inicial para a contagem do prazo de 30 dias para formulação do pedido principal quando a medida constritiva antecedente é cumprida de forma parcial conta-se a partir do sequestro de todas as sacas de soja indicadas e não de somente algumas delas

Havendo dívidas por parte do empresário, para penhorar os bens da EIRELI por ele constituída, é necessária a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica

A quebra de sigilo bancário e fiscal só pode ocorrer em casos de interesse público, e é incabível a sua utilização como medida executiva atípica, por tratar-se de violação de direito fundamental

Resenhas

Sanções premiais no processo civil: previsão legal, estipulação convencional e proposta de sistematização (standards) para sua fixação judicial, de Marcelo Mazzola Teresa Arruda Alvim

Civil Enforcement in a Comparative Perspective. A Public Management Challenge, de Wendy Kennett Álvaro Pérez Ragone

Normas de Publicação para Autores de Colaboração Autoral Inédita